



## NAScer E MORRER AS MARGENS DA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE - EFSPRG: DO SURGIMENTO DOS MUNICÍPIOS AOS POLOS REGIONAIS QUE (CON)SOMEM AS DEMAIS NO CONTESTADO

Nilson Cesar Fraga<sup>1</sup>  
Angela Zatta<sup>2</sup>  
Diego da Luz Rocha<sup>3</sup>

### RESUMO

O modo de vida caboclo, essencialmente anticapitalista, entrou em choque com o imperialismo estadunidense no início do século XX quando a apropriação capitalista do território do Contestado determinou a expulsão da população que o ocupava secularmente. Com a missão de *levar a civilização ao sertão*, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande corta a região do Contestado, abrindo espaço para a colonização e o surgimento de municípios que, lentamente, se tornam polos regionais e perpetuam as políticas de opressão sobre o povo caboclo na escala regional. Entretanto, movimentos contra-hegemônicos também emergem no Contestado, mostrando que a cultura e a civilização cabocla segue viva, lutando para não desaparecer nas margens da EFSPRG.

**Palavras-chave:** Estrada de Ferro; Municípios; Contestado.

### INTRODUÇÃO

A Serra Acima, o Oeste contestado, terras à margem de um traçado da ferrovia que ligaria o Sul ao Sudeste brasileiro, o Vale do Rio do Peixe, o Meio-Oeste catarinense. Estes são alguns dos muitos nomes que podem corresponder à Região do Contestado, um lugar onde vidas se formaram e se perderam dia após dia, e cujo representante maior é

<sup>1</sup> Geógrafo - Pesquisador do CNPq. Universidade Estadual de Londrina – Geociências. Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito. Coordenador do Observatório da Região e da Guerra do Contestado. E-mail: nilsoncesarfraga@hotmail.com

<sup>2</sup> Administradora. Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). E-mail: angiezatta@gmail.com

<sup>3</sup> Geógrafo. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: rochageologia@gmail.com



solenemente ignorado pelo discurso oficial. Região, segundo Andrade (1963) é um conceito que considera elementos da natureza e da sociedade, evidenciando aspectos fundamentais do uso da terra, sua ocupação e relações de trabalho. Assim, "abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e natureza" (Correa, 1987, p. 28). Tal entrelaçamento não ocorre de forma abrupta, mas surge processualmente, diante de avanços e recuos, construindo-se a partir do discurso dos seus mediadores (que falam *pela* região) para torná-la heterogênea, dotada de uma história comum, uma história selecionada entre tantas outras, capaz de formar as bases de uma tradição comum que, para Renk e Winckler (2018), é o passaporte para a constituição da identidade regional.

Em todo o Oeste de Santa Catarina, tenta-se construir, oficial e forçosamente, uma identidade regional que tem a colonização como seu marco zero, desconsiderando-se as populações originárias como as comunidades indígenas, a presença portuguesa e espanhola, e a população cabocla. Grupos hegemônicos ligados à cultura, ao Governo e aos monopólios de mídia, descolados das tradições populares buscam historicamente o silenciamento da população cabocla do Contestado, tendo sua mais recente vitória expressa a partir da criação da Região Turística Vale dos Imigrantes, sepultando a Região Turística do Vale do Contestado em 2019 (FRAGA, 2019). Entretanto, enquanto o poder hegemônico estadual e local seleciona a história dos imigrantes como aquela que vale a pena ser contada e explorada pelas cidades às margens da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, também se propõem formas de resistência e preservação de uma cultura anterior à colonização dos territórios explorados pelo capitalismo entre Porto União/SC e Piratuba/SC, por onde se estende a ferrovia que foi um entre os tantos motivos para a eclosão da Guerra do Contestado.



Nas margens da EFSPRG, recuperar o modo de vida caboclo significa a valorização da vida em detrimento do capital, daí sua importância para a discussão atual diante do avanço das cidades polos sobre as menores, dominando-as não apenas economicamente, mas também em suas relações de trabalho, de vida, de lazer e de organização cultural. Recuperar a cultura cabocla na região é, sobretudo, fazer ecoar o grito agudo das lideranças da irmandade cabocla em uma forma de viver onde prevalece o coletivo sobre o individual.

### **A apropriação capitalista da Região do Contestado**

Erroneamente visto como um vazio demográfico, o Oeste de Santa Catarina teve suas fronteiras definidas a partir da conclusão da disputa entre o Brasil e a Argentina no período imperial, resolvido em 1895. Na República, até as duas primeiras décadas do século XX, foi designado pelo termo "serra" como uma referência a tudo o que estivesse a Oeste do planalto (RENK; WINCKLER, 2018). A Serra Acima teve seus limites internos definidos a leste e a norte depois de inúmeras disputas judiciais, findas em 1916 com o Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, depois da conclusão oficial da Guerra do Contestado.

A disputa territorial tem, porém, raízes econômicas que se refletem nas formas de uso da terra. Enquanto a Argentina tinha interesse na exploração dos ervais, local de trabalho caboclo, o imperialismo estadunidense e europeu buscava a expansão econômica através de obras de infraestrutura capazes de gerir uma inversão de capitais com as "taxas de juros elevadas e o domínio dos mercados internos das economias coloniais" (SINGER, 1977, p. 363). Através de empréstimos feitos a governos dispostos a pagar altas taxas de juros e comissões aos intermediários ou propensos a fazer inversões em obras públicas como ferrovias, companhias imperialistas reduziam significativamente o risco dos



negócios. Além disso, poderiam ainda criar empresas subsidiárias como ferrovias menores para fazer ligação com o traçado original, companhias de eletricidade e gás, matadouros, madeireiras ou colonizadoras, cuja tecnologia, quando necessário, poderia ser importada do país de origem enquanto a mão de obra e os recursos locais tinham custos significativamente menores. Assim, o mercado brasileiro antes dominado pelos ingleses e sem uma elite com capital suficiente para investir em infraestrutura, passou a ser dividido progressivamente entre outros países imperialistas, a exemplo dos Estados Unidos na figura da Brazil Railway Company.

Com a autorização do Governo Imperial para construir uma ferrovia que ligasse o Sul ao restante do país, coube ao engenheiro João Teixeira Soares a criação do projeto de uma ferrovia saindo de Itararé (SP) até Santa Maria da Boca do Monte (RS), atravessando o interior do Paraná e de Santa Catarina. Espig (2008) indica o interesse de ligar a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande à estrada transcontinental, um projeto ainda maior, construído através da América Meridional e acalentado pelos engenheiros brasileiros pela possibilidade de ligar o país ao Oceano Pacífico. Este também seria o sonho do capitalista Percival Farquhar, fundador da Brazil Railway Company, a holding responsável pela criação de um sistema ferroviário unificado sob seu controle. De acordo com Topik (1987, p. 118), a BRC não representou somente "a maior rede ferroviária, mas também a maior empresa privada jamais conhecida no Brasil". Queiroz (1981, p. 69) mostra que em pouco tempo, a BRC, também conhecida como Sindicato Farquhar, além de obter os direitos da EFSPRG, antes pertencente a uma companhia francesa

controlava toda rede ferroviária do Rio Grande do Sul, geria a Sorocabana, possuía vultuosos interesses na Paulista, Mogiana e Madeira-Mamoré, obtinha os direitos da Vitória-Minas, dirigia o Port of Pará e a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul, possuía armazéns frigoríficos, indústrias de papel, empresas pecuárias, madeireiras, de colonização, etc.



Na época, um diplomata brasileiro denunciava que o Sindicato, cuja atuação ia do Amapá até as fronteiras com a Argentina

se estava apoderando de enormes zonas do Brasil, capazes de fornecer territórios a maiores Estados que o da Bélgica e o da Holanda, depois de conquistar extensas redes de estradas de ferro, portos, monopólios de distribuição de força elétrica, iluminação e viação urbana de nossas cidades mais importantes (SALVADOR DEMENDONÇA, 1913, p. 11 apud QUEIROZ, 1981, p. 70).

Grande parte destas observações decorre do modelo de concessão e subvenção para construção das estradas de ferro adotados pela União para atrair interesses estrangeiros. Na EFSPRG, observa-se um privilégio de 90 anos sobre o traçado e a cessão de 15 km em linha reta para cada margem, com garantir de juros livres de impostos, pagos semestralmente durante 30 anos (ESPIG, 2008). E a subvenção ainda foi ampliada conforme aumentava a quilometragem do traçado, algo que deu à população brasileira linhas ferroviárias excessivamente extensas, cheias de curvas, em que trens circulavam de forma lenta, com alta possibilidade de acidentes.

Meirinho (2012, p. 40) destaca que os investimentos norte-americanos e britânicos ampliaram a implantação de estruturas de transporte e circulação de mercadorias.

As iniciativas se apresentavam na forma de um projeto de desenvolvimento que prometia viabilizar o exercício de atividades mais dinâmicas no interior do país. Ficariam para trás os tempos do limitado comércio dos tropeiros, lentos e vulneráveis. Além disso, a política avançava: no começo do século XX, o Brasil já tinha abolido o trabalho escravo e era uma República. No entanto, olhando com mais atenção é possível observar que o projeto de modernização se revelou uma promessa não cumprida, na qual a população deu a sua parte, mas não encontrou nenhum retorno. (MEIRINHO, 2012, p. 40)

Além da estrada de ferro, a BRC criou uma nova companhia a ela subordinada, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, direcionada à exploração comercial



da madeira e à venda de lotes de terras para colonos. Inicialmente, a empresa adquiriu 180 mil hectares ao Sul dos rios Negro e Iguaçu, próximo a Canoinhas, e estabeleceu uma série de contratos com diversos fazendeiros que se comprometeram a ceder à empresa os pinheiros e madeiras de lei que haviam em suas terras. “O intermediador destes negócios foi Affonso de Camargo, Vice-Presidente do Paraná” (QUEIROZ, 1981, p. 74).

A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande entra para a história como uma obra humana capaz de criar uma “configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 2006, p. 39). Em um mapa alemão de 1905 (Figura 01), é possível verificar as colônias germânicas existentes, mas, mesmo tendo o traçado da EFSPRG, não aparece nenhuma colônia na porção que passa pela região do Contestado, como se ainda fosse um espaço vazio, preste a ser ocupado pelas companhias colonizadoras.

**Figura 01.** Mapa alemão de 1905, com traçado da EFSPRG



Fonte: Neumann, 2009

Com a colonização, muitas das características sociais da Região do Contestado mudam. Progressivamente, a população cabocla passa a ser substituída por grupos étnicos específicos, orientados para trazer o progresso a um "sertão inóspito e inculto". Além da BRC, diversas companhias particulares atuaram na região, direcionando sua propaganda nacional e/ou estrangeira para aqueles que atendiam requisitos característicos do novo modelo de uso e apropriação do solo, adequado aos moldes capitalistas. A ocupação daria início à formação de cidades que se estendem às margens da EFSPRG atualmente.

### Nascer às margens da EFSPRG: o modo de vida caboclo em choque com a lógica mercantilista



Para Gross (2017) o caboclo do Contestado resulta da mistura étnica entre indígenas, negros e brancos que aportaram na região Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná por diferentes motivos, construindo um modo de vida rico e diverso. A região considerada "oficialmente despovoada" pela Coroa no século XVIII, abrigava muitas etnias, a exemplo dos povos Kaingang (GOULARTI FILHO, 2002) que, ao resistir à captura pelos bandeirantes se tornaram mão de obra aos primeiros fazendeiros da região e tropeiros. Para Gross (2017, p.55) "pelo fato de terem um contingente maior de indígenas nessa região, o processo de miscigenação e/ou branqueamento também foi maior e mais contundente, dando início a outra formação étnica que é o povo caboclo". Os habitantes, porém, desconheciam o poder do Estado, salvo nos pequenos postos fiscais para cobrança de impostos.

Mas estruturas como estradas, postos de assistência à saúde ou à educação, simplesmente não existiam. Nem a igreja estava presente nesses locais, o povo vivia à própria sorte e foi se adaptando em suas comunidades, criando suas formas de convívio e de solidariedade. (GROSS, 2017, p.159)

De acordo com Diegues (2010) os saberes e formas de manejo dos recursos naturais ultrapassam os interesses econômicos em um ímpeto de sobrevivência que abarca sua reprodução cultural, social, percepções e representações do mundo natural, marcadas pela associação com a natureza e dependência de seus ciclos. Segundo Gross (2017) vários autores reportam a imagem do caboclo como um sujeito em equilíbrio com os meios social e ambiental, inserindo-se em uma simplicidade característica que difere do modo de vida capitalista urbano e rural.

Até um século atrás, a identidade cabocla do Contestado ia sendo estruturada fundamentalmente a partir de uma experiência de vida comunitária e numa relação íntima com a natureza. Desconsiderando o processo de colonização baseado na violência promovida a partir das grandes fazendas de criação de gado e da cultura liberal capitalista, o





povo do Contestado formava pequenas comunidades e vivia segundo valores herdados das culturas indígenas, africanas e europeia-cristã (TOMAZI, 2005, p. 98).

Apesar do discurso oficial de que a construção da EFSPRG iria "trazer desenvolvimento ao sertão", a população cabocla se viu sumariamente ignorada. Com a República impulsionando o desenvolvimento regional através de acordos e investimentos estrangeiros, o caboclo do Contestado foi desconsiderado legalmente, forçado a abandonar seu território ocupado há décadas (do qual não havia posse legal) e desumanizado pela mídia ao ser retratado como uma figura ora preguiçosa e pouco afeita ao trabalho, ora violenta e fanática.

A ideia do fanatismo é atribuída à devoção aos Monges que peregrinavam pelo sertão, levando ao povo caboclo o alento e a orientação negados pela Igreja Católica, à serviço das elites. João Maria, o monge, o santo, "surpreende todos quantos estudam ou procuram entender a vida de São João Maria: esse 'santo' não foi um homem, foram dois que confundiram e entrelaçaram suas vidas para se tornarem apenas um santo" (FRAGA, 2017, p.57). Os Monges atuavam como curandeiros através de chás e remédios retirados da floresta, batizavam, benziam, oravam e aconselhavam a população cumprindo o papel de guia espiritual (GROSS, 2019). Entretanto, de acordo com Welter (2007) supor que a Guerra do Contestado tenha cunho religioso é um recurso para escamotear os verdadeiros interesses por trás do conflito - interesses econômicos.

Uma vez que a Southern Brazil Lumber and Colonization Company tinha interesses em explorar a área de floresta que lhe coube como pagamento pela construção da ferrovia, tratou de expulsar de seus domínios os moradores locais que não tivessem em mãos um título de propriedade, ignorando a Lei de Terras de 1850, com aval do Estado. Para tanto, criou seu próprio corpo de segurança, formado por 200 homens armados



(FRAGA, 2010). Esta milícia formada por jagunços, começou a "limpeza da terra" para fins de exploração e colonização.

Para fugir da morte, centenas de caboclos passaram a viver sob os cuidados de José Maria, homem que deu continuidade ao papel de João Maria na região através de curas e orientações. Nos redutos formados mata adentro, a população encontrou abrigo e apoio de José Maria para resistir e se defender dos ataques promovidos pela Companhia, além de viver em comunidade de forma igualitária e compartilhada.

Não duvidamos que os ensinamentos dos monges, sobretudo do Zé Maria, que diz, quem tem mói, quem não tem mói também e no fim todos ficam iguais, seja a frase que melhor explicita o mundo e a índole cabocla, pois os caboclos e as caboclas do Contestado eram bons e queriam o bem, pois suas casas tinham portas, mas não tinham tramelas – esse é um traço de permanência da cultura cabocla, que vivenciamos todas as vezes que estamos pelo Contestado (FRAGA, 2012b, p. 11-12).

Depois de quatro anos de guerra civil e mais de 20.000 mortos (FRAGA, 2006), as terras do Contestado caminhavam para sua completa "limpeza", permitindo o início da colonização.

## Morrer nas margens da EFSPRG: da colonização às cidades atuais

Economias pré-capitalistas, a exemplo do modo de vida caboclo, tem seus pilares na redistribuição e reciprocidade, de modo que a economia está inserida nas relações sociais - e não é autônoma, como na sociedade capitalista. De acordo com Polanyi (1980), a lógica tradicional dessa população não reconhece a terra como uma mercadoria passível de compra e venda.



Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo o trabalho, terra e dinheiro. [...] Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis de mercado. [...] O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que é produzida pelo homem. [...] A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (POLANYI, 1980, p. 83-86).

Enquanto para a população cabocla a ajuda mútua e a partilha de bens para posterior devolução se mostra fundamental para a vida em sociedade, o uso de terras em sistema de faxinal, ou seja, em um sistema harmônico de criação de animais e plantio respeitando a floresta, a colonização introduz e generaliza a lógica mercantilista no Contestado, criando uma distinção ideológica entre o caboclo e o colono (RENK; WINCKLER, 2018).

Em contraste com a perspectiva dos posseiros, para quem o habitus indicava que a terra pertencia a Deus ou ao Brasil, a colonização instaura um novo modo de produzir, de gerenciar, de pensar, isto é, um novo habitus. A apropriação privada da terra resulta na perda dos territórios ocupados, na desestruturação do modo de vida e na instauração de clivagem entre o colono e a população local. (RENK; WINCKLER, 2018, p. 13)



A partir da regulamentação do Serviço de Povoamento (decreto 6.455, de 19/04/1907), modificado posteriormente em 1911 e 1924, manteve-se a priorização do imigrante agricultor como o mais bem-sucedido no sistema de colonização ao mesmo tempo em que abriu espaço para uma maior atuação das empresas colonizadoras que assentavam colonos estrangeiros e nacionais. A legislação previu o privilégio de colônias mistas e do povoamento por meio da ação empresarial, um modelo característico da ocupação do planalto catarinense e paranaense. Mas mesmo que a legislação e os debates nacionais elencassem a importância do modelo misto, que incluiria a participação de nacionais, na prática, o povoamento destas áreas reuniu descendentes de imigrantes europeus oriundos de colônias mais antigas em colônias onde inexistia a presença dos nacionais, supostos como elemento fundamental para uma rápida assimilação dos colonos e ao mesmo tempo “os alvos de um imaginado processo civilizatório conduzido pelos europeus” (SEYFERTH, 2002, p.138). Assim, não é difícil compreender que a população cabocla pré-existente na região fosse alvo dos mesmos princípios civilizatórios e discursos raciais que instruíra os postulados sobre a imigração europeia: a desqualificação do caboclo por intermédio de estigmas relacionados à mestiçagem, mantendo-os à parte do processo colonizador, em posição de inferioridade pelo sangue indígena e tendência ao nomadismo (SEYFERTH, 2002). A situação é ainda mais clara se forem observadas as datas dos decretos, pois condizem com o período de construção da EFSPRG e das maiores tentativas de colonização por parte, inicialmente, da Brazil Railway Company, e posteriormente por meio das companhias particulares.

Conforme avançou o trabalho das companhias colonizadoras, pequenos núcleos populacionais se formaram próximo ou há poucos quilômetros da ferrovia. E seria ingenuidade acreditar que a atuação das milícias jagunças parou. Em diversas propagandas direcionadas à atração de colonos, veiculadas especialmente na imprensa gaúcha, pode-se



encontrar menção a territórios "livres de intrusos", ou seja, sem posseiros. Também é possível atestar o apoio do Estado para remover os caboclos de suas terras. De acordo com um ofício datado de 31 de março de 1923, a Companhia Colonizadora Sul-Brasileira solicita o amparo do Governador Hercílio Luz para desalojar Francisco Ignácio da Cruz, também conhecido como Maragata, da colônia Hercílio Luz (atual Pinheiro Preto), à margem direita do Rio do Peixe.

Na qualidade de colonizadora da “Colônia Hercílio Luz” à margem direita do Rio do Peixe, sentimos forçados a dirigir o seguinte pedido a V.S.: a nossa colonização que há quatro anos está localizando colonos honestos e trabalhadores na área acima, dotando o mesmo sertão com mais de cinquenta quilômetros de estradas de rodagem, cujo custo V. S. bem pode avaliar, sem nunca termos recebido o mínimo auxílio do Governo, e, além de termos com toda a paciência procedido com os intrusos, dos quais comprávamos os ranchos, uma vez que não quisessem adquirir o lote por eles mesmo ocupado, em troca de trabalhos, vimo-nos, agora, numa séria situação com o intruso Sr. Francisco Ignácio da Cruz, por alcunha Maragata. Este morador diz-se posseiro de vinte milhões de metros quadrados dentro da área da São Paulo-Rio Grande, por nós comprada e já vendida a colonos bons. Estes colonos novos querem agora povoar e plantar os lotes comprados, sendo, porém, perseguidos e até ameaçados de morte pelo referido Sr. Maragata, que traz agitada a Colônia toda. Por este mesmo indivíduo os outros intrusos entendem que têm direitos iguais e pouco a pouco começarão a revolucionar a zona toda, que tantos sacrifícios têm custado à nação.

Em vista da situação alarmante em que se encontra a nossa colonização e sabendo que V. S. deseja ardentemente o progresso de Santa Catarina, contamos com os bons ofícios da parte de V. S., para podermos de uma vez para sempre levar a paz e a ordem à florescente “Colônia Hercílio Luz”.

União colonizadora Sul-brasileira, de Kroeff, Selbach e Cia., Of. PGSC. APESC, Florianópolis, jan. mai. 1923. Ofício datado de 31 de Março de 1923.

No Vale do Rio do Peixe, especialmente nas áreas de colonização europeia, há fartos registros sobre colonos "italianos" queimando casas, lavouras e outras posses



caboclas para expulsá-los das terras durante a década de 1930 (FRAGA, 2020). No período pós-guerra também se pode identificar uma evolução da sua geografia urbana, já que cidades de colonização europeia passaram a se formar a partir de as vilas de Lages (1771), Porto União da Vitória (1842), Rio Negro (1870), Curitiba (1873), Palmas (1879), Campos Novos (1882) e Canoinhas (1911) (FRAGA, 2016). Assim, novos municípios surgem, desmembrados dos maiores, a exemplo de Porto União (desmembrado de União da Vitória/PR depois do Acordo de Limites, instalado em 1917), Caçador (1934), Videira (1944), Tangará (1949), Piratuba (1949), Capinzal (1949), Herval d'Oeste (1954), Rio das Antas (1958), Matos Costa (1962), Pinheiro Preto (1962), Ibicaré (1962), Erval Velho (1963) e Calmon (1993), todas às margens da EFSPRG.

Entre as cidades mencionadas, aquelas que mais se distanciam da cultura colonizadora (europeia) como Calmon ou Matos Costa, também são as que apresentam menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de acordo com o último Censo do IBGE (2010). Não por acaso, elas constituem parte da região imediata de Caçador, pois se estruturam a partir de um centro urbano próximo e dependem dele para satisfazer as necessidades imediatas da população, tais como compras de bens de consumo, trabalho, serviços de saúde, educação e prestação de serviços públicos. As demais, se dividem entre as regiões imediatas de Mafra, Videira e Joaçaba. Em contrapartida, as regiões intermediárias são aquelas que organizam o território, articulando as regiões imediatas por meio de um polo de hierarquia superior, diferenciado a partir dos fluxos de gestão pública ou privada e da existência de funções urbanas de maior complexidade (IBGE, 2017). Nesta categoria, as cidades das margens da EFSPRG fazem parte das regiões intermediárias de Joinville, Caçador e Chapecó.

Além de Matos Costa e Calmon, também fazem parte da região de influência imediata de Caçador os municípios de Lebon Régis e Timbó Grande, as quatro cidades-



irmãs, caboclas do Contestado, periféricas das cidades polo, opacas diante dos pontos luminosos que as cercam com suas infraestruturas e ofertas de bens e serviços. Nestas cidades, majoritariamente caboclas, e ao redor do Contestado a luta pela vida persiste enquanto o povo caboclo segue explorado pelos latifúndios ou pelas agroindústrias, resistindo à morte em municípios cujo índice de pobreza varia entre 20 e 48% da população residente (FRAGA, 2006, 2009, 2010, 2011, 2012, 2016, 2017 e 2019).

Além disso, com a criação do Vale dos Imigrantes em 2019 e o assassinato do Vale do Contestado, ignora-se a existência da etnia cabocla na região, passando-se a valorizar somente o imigrante, notadamente branco, europeu ou seu descendente.

Não podemos negar que a construção desse território desejado pelo vale dos imigrantes advém de um processo histórico que se inicia com o genocídio do povo caboclo do Contestado, durante a Guerra do Contestado (1912-1916), passando pela recolonização das suas terras por colonos de ascendência branca-europeia e europeus natos e, desde pelo menos 1930, pela negação da existência desse povo, assim como a perseguição e expulsão dos sobreviventes da guerra, chegando aos dias atuais com a inviabilidade dessas gentes caboclas que, em alguns casos, não chegam a servir como mão de obra barata para as indústrias, agroindústrias, agricultura de *plantation* etc., e vêm sendo substituídas pela mão de obra do Paraná e Mato Grosso do Sul (incluindo indígenas). Assim, até mesmo a parca mão de obra admitida das cidades mais caboclas da região do Contestado (Matos Costa, Calmon, Timbó Grande, Lebon Régis – Trombudo do Contestado –, e ainda dentre os pobres de Caçador, Videira, Joaçaba etc.), para o *plantation* de *pinus* ou colheita da cebola, de maçã, de alho e tomate, vem perdendo espaço e, com ele, as perspectivas de futuro. (FRAGA, 2019)

Retomando Seyferth (2002, p. 120), a imigração europeia estava naturalizada no debate sobre a colonização e nele, negros e mestiços (incluindo o povo caboclo), livres ou escravizados, só eventualmente surgem como atores sociais, descartáveis sob um argumento simplista – o do indireto restabelecimento do tráfico. Às companhias, interessava a venda da terra às *pessoas de boa qualidade* como uma forma de obter lucros, o



que exigiu a seleção de compradores e a retirada de pessoas ou grupos que pudessem comprometer o empreendimento, exigindo a posse da terra, por exemplo. Atualmente, verifica-se através de ações como a criação do Vale dos Imigrantes, que estes interesses não apenas encontram eco, como novas vozes para reproduzir sua ideologia excludente.

### **A resistência cabocla por uma vida em defesa da vida**

Mas quem é o caboclo que resiste? Diversos estudos já apontaram que o ser caboclo não se resume a um perfil étnico, a uma identidade ou a uma cultura específica, "mas abrange um modo de vida e contemporaneamente uma forma de resistência" (GROSS, 2017). Segundo Bourdieu (2010), as lutas a respeito da identidade, seja étnica ou regional, são disputas sobre a propriedade de estigmas ou emblemas ligadas à origem e dos sinais duradouros correspondentes, a exemplo do sotaque. Elas são lutas pelas classificações, pelo monopólio de fazer ver e crer, de conhecer e reconhecer uma legítima divisão do mundo social.

Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 2010, p.113)

As heranças do lugar, das histórias e da cultura superam a descendência para dar lugar à sensação de pertencimento já que envolvem os seres humanos e modelam sua identidade. Assim, culturalmente falando, o indivíduo branco, descendente dos colonos europeus também pode ser caboclo (BRANDÃO, 2002). Mesmo que tenha havido um branqueamento, a cultura cabocla resiste nas portas sem trameças, nas práticas coletivas,





na partilha, no auxílio mútuo, na forma de se alimentar e falar, na religiosidade do povo do Contestado e fora dele.

Estes cidadãos, caboclos, em sua maioria pertencentes às classes trabalhadoras, estabelecem contratos (formais ou informais) com as classes dominantes ao longo da vida, dentro da política urbana. No espaço urbano, a luta política acontece a partir da disputa entre as classes dominantes, capitalistas, e os cidadãos que representam a cultura e os movimentos populares, o que resulta na política urbana e na reconfiguração do espaço a partir das soluções e negligências propostas pelo poder público (CASTELLS, 1983). Notadamente, o que se vê nas cidades às margens da EFSPRG é a ação de um Estado neoliberal cooptado pelas classes dominantes que favorece suas decisões em consenso com a burguesia capitalista, em que se privilegia o embelezamento das cidades com a construção de praças e parques nas regiões centrais para atrair turistas para o recém-nascido Vale dos Imigrantes, em detrimento de obras de infraestrutura mais robustas com foco nas populações periféricas.

Este tipo de política neoliberal, mais uma evolução do processo histórico capitalista, aprofunda a crise social e a segregação do povo caboclo, isolado em cidades periféricas ou em bairros nas periferias das cidades centrais. *O orgulho de ser caboclo* é uma ferramenta indispensável para travar a luta contra a burguesia local que busca o seu extermínio (há mais de 100 anos). Para Fanon (1968), se a colonização implica em uma série de violências contra os seres colonizados, também há a correspondente violência absoluta para dar conta da descolonização - um movimento que transformará os colonizados em novas pessoas, não divididas entre "de origem" e "brasileiro" para usar a denominação de Renk (1991), sem intermediários opressores. Para o autor, no mundo dividido, o colono continuará sempre um estrangeiro no território e ainda que seu discurso seja identificado como universal, trata-se de uma "afirmação desenfreada de uma



singularidade admitida como absoluta" (FANON, 1968, p.30) que, em última instância, desumaniza o colonizado para torná-lo um animal. Ora, o caboclo enquanto colonizado é seguidamente desumanizado, seja sob a alcunha de fanático, de jagunço, seja quando é visto como preguiçoso, seja quando é empurrado para viver nas periferias, seja quando não faz parte dos monumentos e lugares de memória locais. Felizmente, segundo Fanon (1968), a culpa constante do colonizado, sua inferiorização constante, seu apagamento histórico são elementos que convidam o povo a tomar parte na luta pela libertação.

A partir do seu modo de vida, o povo caboclo se liberta da ideologia de consumo e renova o sentido de atividade produtora, o que Lefebvre (2008) defende como uma ação da classe operária, capaz de produzir um novo humanismo.

Ele tem, portanto, a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tomam obra, apropriação, valor de uso (e não de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material. (LEFEBVRE, 2008, p.140)

A mudança diante da lógica dominante pode ser identificada a partir dos questionamentos sobre a criação do Vale dos Imigrantes, realizados de forma pública e acadêmica, com vistas à defesa do Vale do Contestado. Embora o Vale dos Imigrantes tenha se mantido como região turística, também foi criada em agosto de 2019 a Região Turística Caminhos do Contestado, oficializada e reconhecida pelo Ministério do Turismo como parte do Mapa Turístico do Brasil (2019-2021).

Mesmo sendo uma região turística que carrega o nome do Contestado, ela não consegue congrega e divulgar a cultura cabocla, apenas fragmentos que se encontram em algumas cidades, tais como Matos Costa, Calmon e Timbó Grande, dentre os 13 municípios que fazem parte. Dos municípios que fazem parte dos Caminhos do Contestado, apenas Itaiópolis, Mafra, Porto União e Major Vieira cumpriram todos os requisitos exigidos pelo Ministério do Turismo, mas o Caminhos do



Contestado deveria abrigar outros, caso a cultura cabocla fosse de fato valorizada, em detrimento da europeia, com forte apelo para a eslava (FRAGA, 2019).

Fraga (2019) ressalta que nada impede que municípios fortaleçam e atraiam turistas que buscam pela cultura cabocla ou pelas marcas da maior guerra civil ocorrida em solo brasileiro, mesmo que façam parte de outros roteiros oficiais. A região pode criar atrativos turísticos para explorar sua paisagem montanhosa, pelos locais de combate e redutos, além dos espaços sagrados da passagem do Monge João Maria e suas águas santas e argilas, que atraem milhares de pessoas anualmente, sem esquecer da gastronomia cabocla, simples e nutritiva para resistir ao trabalho árduo e à escassez de recursos.

Enquanto não ocorre a unificação das cidades caboclas para a criação de um consórcio turístico, as cidades investem em ações locais para divulgação e fomento da cultura cabocla. Dadas as devidas proporções, anualmente ocorrem eventos capazes de atrair turistas de todo país para desfrutar do frio do inverno, conhecer os locais de guerra e usufruir das pacatas cidades pequenas - destinos muito procurados depois da pandemia de Covid-19. Estes movimentos partem, sobretudo, da atuação de Associações locais, que pressionam o poder público para atrair seu olhar para o povo caboclo e o fazem com recursos limitados, já que não contam com patrocínio das organizações para as quais atuam como mão de obra. Estes são, segundo Gross (2017), grupos locais como o Grupo de Ação de São João Maria e o grupo dos Cavaleiros do Contestado, ambos de Lebon Régis/SC; a Associação Cultural Cabocla Filhos do Contestado, de Timbó Grande/SC; a Associação Regional Cultural Herdeiros do Contestado, de Calmon/SC; e o Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado - OCGC/UEL, de Londrina/PR.

Mesmo com alcance limitado, o ser e o agir caboclo sobre o mundo pode ser visto como uma atuação revolucionária sobre os elementos colonizadores que os oprimem. Assim, partilha-se da utopia de Fulgencio (2021) de que os coletivos populares, tal qual a



organização dos movimentos em prol da vida cabocla, também são espaços de luta pelo direito à cidade capazes de mobilizar e executar mudanças a partir de suas ações. Desta coletividade será possível ver emergir um movimento anticapitalista.

Imagine ainda, se a alienação da experiência contemporânea do trabalho, do consumo compensatório que nunca satisfaz, dos níveis incalculáveis de desigualdade econômica e discordância na relação com a natureza diminuísse por conta de uma onda de descontentamento popular com os excessos do capital [...] os movimentos de oposição - altamente fragmentados, mas numerosos - podem convergir e se juntar num movimento solidário mais unificado contra o domínio do capital. (HARVEY, 2016, p.247)

A blindagem do sistema capitalista instalada no Contestado através do imperialismo, reproduzida com a colonização e continuada no momento presente através de movimentos excludentes, lentamente se esvai. Rui. Corrói todas as vezes que um caboclo do Contestado deixa de ter vergonha de sua origem e de seus costumes. A blindagem do sistema capitalista se fragmenta todas as vezes que a população cabocla recupera seu modo de vida, em que a terra protege, cuida e é cuidada para preservar a vida coletiva, tal como ensinaram os Monges, tal como viveram os povos *dantes*.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

BRANDÃO, C. R. **A Educação como Cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução Arlete Caetano. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.



DIEGUES, Antonio Carlos S. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, São Paulo. USP, 2010.

ESPIG, Marcia J. **Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)**. 2008. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FRAGA, Nilson Cesar & LUDKA, Vanessa Maria. **100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912-2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro**. In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica - Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX., 2012, Bogotá, Colômbia. Anais do XII GeoCrítica. Barcelona, Espanha: Ed. da UB, 2012. v. 1. p. 1-22.

\_\_\_\_\_. **Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepolto do Brasil Florianópolis: Insular, 2012.**

\_\_\_\_\_. **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis: Insular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Contestado: A grande Guerra Civil Brasileira**. In \_\_\_\_\_. Paraná Espaço e Memória. Diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

\_\_\_\_\_. **Contestado: cidades, reflexos e coisificações geográficas**. Florianópolis: Insular, 2016.

\_\_\_\_\_. **Contestado: redes no Geográfico**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017.

\_\_\_\_\_. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil**. 2006. Tese (Doutoramento em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

\_\_\_\_\_. **Território e silêncio**. Contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In FRAGA, Nilson Cesar. (Org). Territórios e Fronteiras: (Re) Arranjos e Perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011.



\_\_\_\_\_. **Vale da Morte:** o Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

\_\_\_\_\_. **Vale do Contestado, uma morte anunciada, em julho de 2019, pelos que não aceitam a existência da cultura cabocla.** Portal Desacato. 02/09/2019. Disponível em: <http://desacato.info/vale-do-contestado-uma-morte-anunciada-em-julho-de-2019-pelos-que-nao-aceitam-a-existencia-da-cultura-cabocla/> Acesso em: 14 set 2021

\_\_\_\_\_. **Geografias de tempos de dominação e barbárie:** os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Organizadores: Flamarion Dutra Alves [et al.]. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84-114.

FULGENCIO, Edivan. Dos coletivos populares de Campo Grande, RJ, ao movimento anticapitalista global. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense.** Rio de Janeiro, n.18, jan-jun 2020.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GROSS, Cristina Buratto. **Os "escolhidos e os escoraçados", os povos tradicionais e a formação socio-espacial de Santa Catarina: rompimentos das invisibilidades de caboclos e caboclas do Contestado na Serra Acima, pescadores e pescadoras do litoral na Serra Abaixo.** Londrina, 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2019.

\_\_\_\_\_. Rupturas e permanências de uma população tradicional no pós-guerra: o caboclo do Contestado. **Geografia.** v.26, n.1, p-158-172, jan/jun 2017.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** Tradução Rogério Bettoni. São Paulo, Boitempo. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Tradução Margarida Maria de Andrade, Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

MEIRINHO, B. C. D. A terra vista do espaço. Breve ensaio sobre o Contestado e as modernas relações do homem com a natureza. In: FRAGA, N. C. (ORG.) **Contestado: o território silenciado.** 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2009. v. 1000. 264p.



NEUMANN, R. M. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. 2009. 634 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

POLANYI, Kar. **A grande Transformação – As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

QUEIROZ, Maurício. V. **Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916**). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 353p.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, ano 19, n. 23, p. 221-258, 1991.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina - uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Território, imigração e diversidade** - v. 31, n.49, dez/2018, p. 10-22

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2006.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n 53, p. 117-149, março/maio 2002.

SINGER, Paul Israel. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889- 1930. História Geral da Civilização Brasileira**. t 2. vol. 1. São Paulo: Difel, 1977.

TOMAZI, G. **A mística do Contestado: a mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes**. São Paulo, PUC, 2005.

TOPIK, Steven. **A presença do Estado na Economia Política do Brasil – de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.

WELTER, T. **O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina**. 2007. 338 p. Tese (tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007